



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

**CADERNO DE
PROVAS OBJETIVAS**

NÍVEL MÉDIO

TURNO: TARDE

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O monitoramento por imagens há algum tempo tem sido fonte de conflito entre patrões e trabalhadores, da mesma forma que o controle de *emails* e as escutas e gravações de

4 ligações telefônicas dos empregados. São questões que a justiça trabalhista está aprendendo a contemporizar, já que influenciam a convivência no ambiente de trabalho e dizem

7 respeito à saúde do trabalhador. Pela jurisprudência dominante no Tribunal Superior do Trabalho, é devida a indenização por danos morais quando há abuso do poder, ou seja, a filmagem

10 não pode ser ostensiva, e o funcionário deve ter conhecimento dos dispositivos de segurança instalados.

Tecnologias de controle criam novas situações de dano moral. Internet: <www.tst.jus.br> (com adaptações).

Em relação às informações e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 No trecho “é devida a indenização por danos morais” (l.8-9), a correção gramatical do texto seria mantida caso fosse suprimido o artigo que define “indenização”.
- 2 Identificam-se como referentes do sujeito elíptico da oração iniciada pela forma verbal “São” (l.4): “O monitoramento por imagens” (l.1), “o controle de *emails*” (l.3) e “as escutas e gravações de ligações telefônicas dos empregados” (l.3-4).
- 3 Infere-se do texto que a justiça trabalhista ainda não tem uma solução definitiva para a questão do monitoramento de empregados pelos patrões.
- 4 Na linha 5, o conectivo “já que” inicia oração que apresenta a conclusão da ideia apresentada na oração imediatamente anterior.
- 5 É facultativo o emprego do sinal indicativo de crase na expressão “respeito à saúde do trabalhador” (l.7), de modo que sua supressão não prejudicaria a correção gramatical do texto.

1 De acordo com o *ranking* anual elaborado e divulgado recentemente pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil saltou de 82.º para 62.º lugar em se tratando de redução de

4 desigualdade de gêneros. Tanto a Constituição Federal brasileira quanto a legislação infraconstitucional — trabalhista, eleitoral, civil e penal — contêm diversos dispositivos de

7 proteção à mulher.

Mas será que nosso conjunto de leis tem sido suficiente para impedir que milhares de mulheres que vêm conquistando mais espaço no mundo do trabalho sejam tratadas de forma discriminatória, humilhante e muitas vezes doentia?

13 Diariamente juízes do trabalho de todo o país julgam processos com pedidos de indenização por dano moral decorrente de assédio a mulheres. Os casos vão para as páginas

16 oficiais dos tribunais, muitos ganham destaque nos jornais de repercussão nacional. Mas, segundo os magistrados, esses processos representam apenas a ponta do *iceberg* do grande problema trabalhista contemporâneo: o assédio.

A mulher e o assédio moral. Internet: <www.tst.jus.br> (com adaptações).

Com referência às ideias e a aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens de 6 a 11.

- 6 Na linha 3, a partícula “se”, em “em se tratando” poderia ser deslocada para imediatamente após a forma verbal “tratando”, sem prejuízo da correção gramatical do texto desde que empregado o hífen.

7 Os vocábulos “juízes” e “país” são acentuados de acordo com regras de acentuação gráfica distintas.

8 O emprego de vírgula imediatamente após a expressão adverbial “muitas vezes” (l.11) manteria a correção gramatical do período.

9 No último período do texto, a expressão “esses processos” (l.16-17) retoma, por coesão, “casos” (l.14).

10 Depreende-se da leitura do primeiro parágrafo que a legislação trabalhista, eleitoral, civil e penal situa-se, considerando-se a hierarquia legislativa, em nível abaixo da Constituição Federal.

11 A expressão “será que” (l.8) poderia ser suprimida, mantendo-se a correção gramatical do período.

1 Existem várias formas de punição para aqueles que pratiquem assédio moral, podendo essa punição recair tanto no assediador, quanto na empresa empregadora que não coíba, ou

4 que até mesmo incentive o assédio, como ocorre, por exemplo, no caso do assédio moral organizacional, decorrente de políticas corporativas.

7 O empregador responde pelos danos morais causados à vítima que tenha sofrido assédio em seu estabelecimento, nos termos do artigo 932 do Código Civil. Em caso de condenação,

10 cabe à justiça do trabalho fixar um valor de indenização, com o objetivo de reparar o dano.

O assediador, por sua vez, poderá ser responsabilizado

13 em diferentes esferas: na penal, estará sujeito à condenação por crimes de injúria e difamação, constrangimento e ameaça (artigos 139, 140, 146 e 147 do Código Penal); na trabalhista, correrá o risco de ser dispensado por justa causa (artigo 482 da

16 Consolidação das Leis do Trabalho) e ainda por mau procedimento e ato lesivo à honra e à boa fama de qualquer

19 pessoa; por fim, na esfera cível, poderá sofrer ação regressiva, movida pelo empregador que for condenado na justiça do trabalho ao pagamento de indenização por danos morais, em

22 virtude de atos cometidos pelo empregado.

Internet: <www.tst.jus.br> (com adaptações).

A respeito das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

12 A expressão “que for” (l.20) pode ser suprimida do texto sem prejuízo da correção gramatical.

13 Na linha 1, a substituição da forma verbal “Existem” por haverão manteria a correção gramatical do período e não prejudicaria a coerência textual dado o emprego do subjuntivo “praticuem”.

14 O texto classifica-se como expositivo, visto que, nele, é defendida, com base em argumentos, a punição daqueles que pratiquem assédio moral.

15 A forma verbal “responde” (l.7), empregada no presente do indicativo, sugere ação que se repete no tempo, compatível com um texto de lei.

Com base nas orientações do **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens subsequentes.

- 16 É recomendável para compor a redação de um ofício destinado a autoridade superior o seguinte fecho: Reitero meus mais altos protestos de estima e consideração à sua digníssima pessoa.
- 17 Um ofício emitido por tribunal superior prescinde de assinatura, haja vista que o remetente é órgão de hierarquia superior.
- 18 No seguinte trecho de ofício encaminhado a deputado federal, o emprego do pronome de tratamento está adequado à autoridade a que se destina a comunicação, e a redação, de acordo com o padrão culto da língua: Em sua comunicação, Vossa Excelência ressalta a necessidade de que sejam levadas em consideração, na aprovação do projeto, as características sociais e econômicas da região.
- 19 O seguinte trecho introdutório de comunicação oficial atende ao objetivo de mero encaminhamento de documento e ao requisito de uso do padrão culto da linguagem: Encaminho, em anexo, para exame e pronunciamento, cópia do projeto de modernização de técnicas agrícolas no estado do Espírito Santo.
- 20 O emprego de vocabulário técnico de conhecimento específico dos profissionais do serviço público facilita a elaboração dos textos oficiais e, conseqüentemente, o seu entendimento pelo público geral.

O crescimento mais acelerado do rendimento das classes mais baixas, o aumento do emprego e as transferências de renda aos mais pobres nos últimos anos não foram suficientes para eliminar o fosso que ainda separa os moradores de favelas dos que vivem fora delas, segundo demonstra recente pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas os dois universos se aproximam bastante quando a pesquisa se volta para alguns índices de consumo, como a posse de aparelhos de TV e geladeira, por exemplo.

Jornal de Brasília, 7/11/2013, p. 19 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes da fisionomia social brasileira retratada pelo IBGE, julgue os itens de **21 a 24**.

- 21 Infere-se do texto que programas como o Bolsa Família não chegaram às favelas e, se eventualmente chegam, em nada alteram as condições de vida dos beneficiados.
- 22 O acesso à universidade, à Internet por computador próprio e a posse do automóvel são itens que, hoje, aproximam os moradores das favelas dos demais habitantes das cidades brasileiras.

- 23 Os elevados índices de desemprego, que caracterizam o atual cenário econômico do Brasil, seguindo uma tendência mundial, são a principal causa da baixa qualidade de vida verificada nas favelas brasileiras.
- 24 Nos aglomerados subnormais do país, denominação atribuída às favelas pelo IBGE, o baixo nível educacional dos habitantes deriva, em larga medida, da má qualidade das escolas que oferecem a educação básica nessas áreas e em seu entorno.

Nos últimos vinte anos, condições meteorológicas extremas mataram 530 mil pessoas e causaram prejuízos econômicos que chegam a 2,5 trilhões de dólares. Em 2012, os países mais afetados por desastres naturais foram o Paquistão, o Haiti e as Filipinas, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU). A passagem do supertufão Hayan serve de trágica ilustração para a 19.ª Conferência de Clima, na Polônia, e deveria servir de incentivo para que a comunidade internacional coloque em prática todas as promessas feitas de combate ao aquecimento global.

O Globo, 13/11/2013, p. 33 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a amplitude do tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 25 A emissão de gases poluentes na atmosfera amplia o denominado efeito estufa, o que contribui significativamente para as mudanças climáticas.
- 26 Conferências como a atual convenção acerca do clima, realizada na Polônia, são organizadas e conduzidas por instituições da sociedade civil, excluída a representação de governos e da ONU.
- 27 Hoje, a totalidade dos países, independentemente do grau de seu desenvolvimento social e econômico, concorda em reduzir, de maneira linear, a emissão de gases de efeito estufa.
- 28 O texto permite concluir que podem ser relacionados os efeitos humanos de desastres naturais e de mudanças climáticas acentuadas e suas conseqüências materiais, isto é, econômicas.
- 29 Os três países mais afetados por desastres naturais, em 2012, conforme dados da ONU, estão localizados no mais populoso continente, a Ásia.
- 30 Infere-se da leitura do texto que a questão do aquecimento global não está sendo enfrentada, como deveria, pela comunidade internacional.

Considerando a proposição P: “Se nesse jogo não há juiz, não há jogada fora da lei”, julgue os itens seguintes, acerca da lógica sentencial.

- 31 A proposição P é equivalente a “Se há jogada fora da lei, então nesse jogo há juiz”.
- 32 A proposição P é equivalente a “Nesse jogo há juiz ou não há jogada fora da lei”.
- 33 A negação da proposição P pode ser expressa por “Se nesse jogo há juiz, então há jogada fora da lei”.

Considerando que, na fruteira da casa de Pedro, haja 10 uvas, 2 maçãs, 3 laranjas, 4 bananas e 1 abacaxi, julgue os próximos itens.

- 34 Se Pedro desejar comer apenas um tipo de fruta, a quantidade de maneiras de escolher frutas para comer será superior a 100.
- 35 Há mais de 1.330 maneiras distintas de Pedro escolher pelo menos uma fruta entre aquelas que estão em sua fruteira.
- 36 Se, para fazer uma salada de frutas, Pedro deve escolher pelo menos dois tipos de frutas, em qualquer quantidade, então há menos de 1.000 maneiras distintas de Pedro escolher frutas para compor sua salada.
- 37 Se Pedro desejar comer apenas bananas, haverá quatro maneiras de escolher algumas frutas para comer.

Considerando que dois álbuns de fotos, com x e y páginas, sejam montados com o menor número possível de capítulos — divisão das fotos por eventos — e que cada capítulo, nos dois álbuns, deva ter o mesmo número z de páginas, julgue os itens subsequentes.

- 38 Se $x = 96$ e $y = 128$, então $z = 32$.
- 39 Se x é divisor de y , então $z = x$.
- 40 z é múltiplo de x .

Considerando o regime jurídico dos servidores públicos federais e o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens de 41 a 48.

- 41 Suponha que o ato de designação de determinada servidora para o exercício de função de confiança em um TRT tenha sido publicado em 30/4/2013 e que ela tenha se apresentado em 15/5/2013 para entrar em exercício. Nessa situação hipotética, a apresentação da servidora ocorreu dentro do prazo determinado pela legislação em vigor.
- 42 Considere que Roberta, empregada pública concursada da Caixa Econômica Federal, tenha solicitado remoção para acompanhar seu cônjuge, servidor público de um TRT, que havia sido removido no interesse da administração para localidade diferente da que vivia com sua esposa. Em face dessa situação hipotética, é correto afirmar que o pedido de Roberta não encontra amparo legal na Lei n.º 8.112/1990.
- 43 Constituem indenizações ao servidor público ajuda de custo, diárias, alimentação, transporte e auxílio-moradia.
- 44 A convocação para júri constitui hipótese de interrupção das férias de servidor público.
- 45 É vedado ao servidor o exercício de atividade remunerada durante o período de licença para capacitação.
- 46 Servidor de determinado TRT, ainda em estágio probatório, não pode ser cedido a órgão do Poder Executivo federal para ocupar cargo de provimento em comissão do grupo direção e assessoramento superiores (DAS) de nível 4.

- 47 Considere que autoridade julgadora tenha recebido processo administrativo disciplinar em 14/8/2013 e proferido sua decisão em 20/9/2013. Nesse caso, ainda que tenha sido julgado fora do prazo legal, o processo não é nulo.
- 48 A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos indiretamente por todos; por isso, exige-se, como contrapartida, que ele aja conforme a moralidade administrativa.

Acerca do Regimento Interno do TRT da 17.^a Região, julgue os itens que se seguem.

- 49 O presidente do Tribunal Pleno do TRT da 17.^a Região não pode proferir voto em matéria de licença de servidor público.
- 50 Compete ao presidente de turma designar as audiências de conciliação e instrução dos dissídios coletivos.

RASCUNHO